

RELATÓRIO – 3ª REUNIÃO



OBSERVATÓRIO DOS

**DIREITOS
HUMANOS**

DO PODER JUDICIÁRIO

Ciclo | 2023-2025

RELATÓRIO – 3ª REUNIÃO

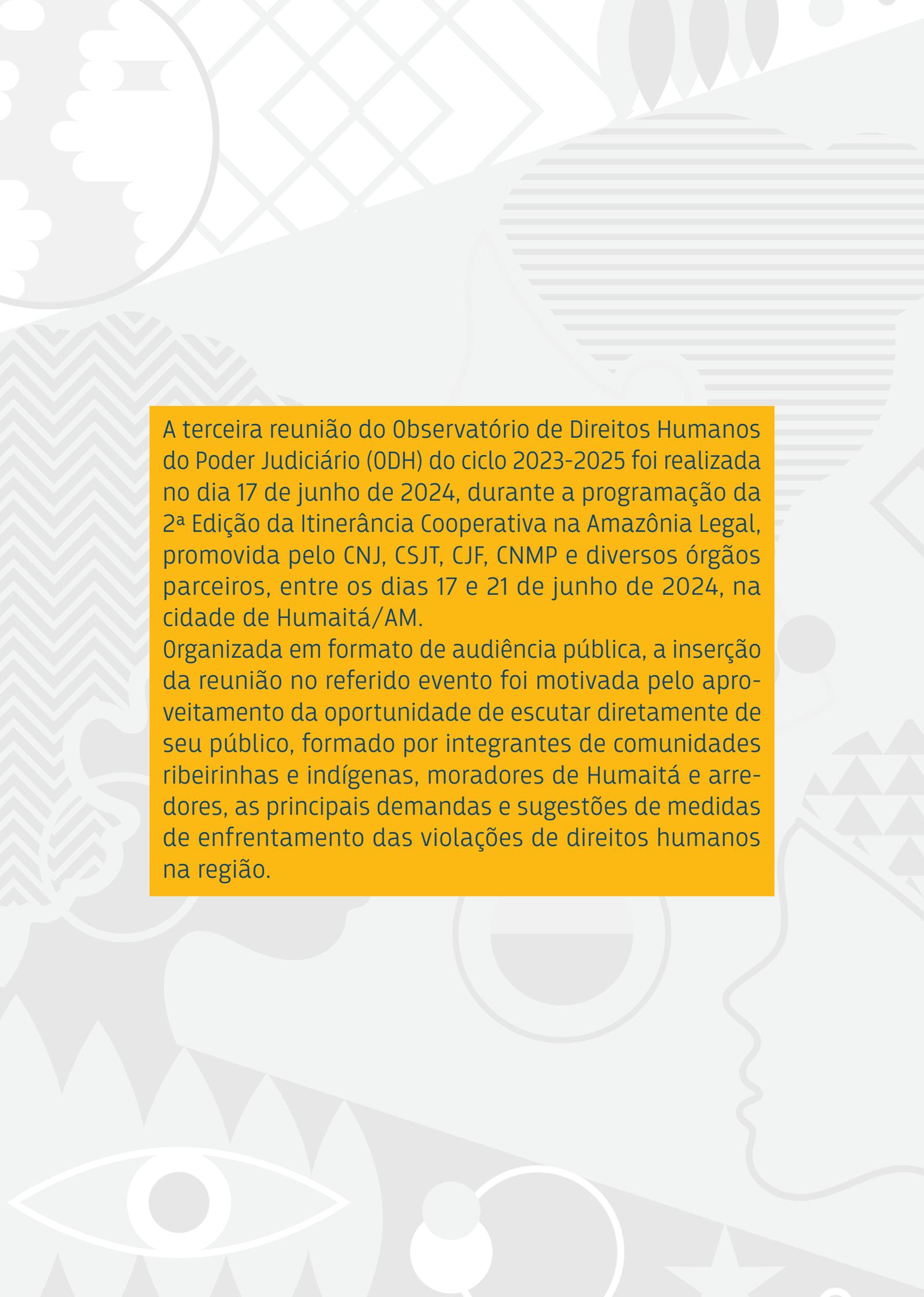


OBSERVATÓRIO DOS

**DIREITOS
HUMANOS**

DO PODER JUDICIÁRIO

Ciclo | 2023-2025



A terceira reunião do Observatório de Direitos Humanos do Poder Judiciário (ODH) do ciclo 2023-2025 foi realizada no dia 17 de junho de 2024, durante a programação da 2ª Edição da Itinerância Cooperativa na Amazônia Legal, promovida pelo CNJ, CSJT, CJF, CNMP e diversos órgãos parceiros, entre os dias 17 e 21 de junho de 2024, na cidade de Humaitá/AM.

Organizada em formato de audiência pública, a inserção da reunião no referido evento foi motivada pelo aproveitamento da oportunidade de escutar diretamente de seu público, formado por integrantes de comunidades ribeirinhas e indígenas, moradores de Humaitá e arredores, as principais demandas e sugestões de medidas de enfrentamento das violações de direitos humanos na região.



Fonte: acervo CNJ

ATA

I - Composição da mesa:

Integraram a mesa os Conselheiros do CNJ, Daniela Madeira e Alexandre Teixeira; a mediadora da atividade, Juíza Auxiliar da Presidência e Vice-Coordenadora do ODH, Dra. Karen Luise Vilanova Batista de Souza; a Juíza Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho e membro do Comitê Executivo do ODH, Dra. Gabriela Lenz de Lacerda; a representante do FONEPI e membro do Comitê Executivo do ODH, Natália Dino; a Subprocuradora-Geral da República/MPF e Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais), Eliana Torelly.

II - Discussões e Deliberações:

Iniciada a reunião, a **Dra. Karen Luise** cumprimentou a todos, explicou a criação do Observatório, seus objetivos e realizações, e a escolha das entidades que o compõem. Passou a palavra aos Conselheiros Daniela Madeira e Alexandre Teixeira.

Conselheira Daniela Madeira relatou a história familiar, com origem no Estado do Maranhão, comentando as dificuldades de acesso a cidades pequenas no passado e as melhorias ocorridas com o passar do tempo no que tange ao transporte e à

comunicação. Referiu a grande necessidade ainda existente de serviços públicos, especialmente em cidades do interior, o que demonstrou a importância da Itinerância Cooperativa na Amazônia Legal promovida pelo CNJ. Afirmou que o juiz não deve ficar apenas no seu gabinete, mas sim se deslocar até a comunidade para ouvir as suas principais demandas e problemas, e que esse foi o motivo da realização da Itinerância: levar cidadania a todos que precisam, junto com diversos serviços, e tentar resolver as questões antes que virem demandas judiciais. Finalizou dizendo que a reunião do ODH foi um espaço de escuta para ajudar a encontrar essas soluções.

Conselheiro Alexandre Teixeira mencionou a satisfação em participar do evento. Relatou que foi Juiz do Trabalho, que foi criado em um modelo de Judiciário próximo da população, mas que isso foi se perdendo por muitas razões. Afirmou que há muitos meios de acesso pela informática, já que todos têm celular ou algum modo de acesso à internet hoje em dia, mas o que era para facilitar pode acabar complicando, e que às vezes o juiz não se dá conta disso. Agradeceu o que estava vendo acontecer, porque resgatou ao juiz o sentido do seu trabalho, o que foi especialmente significativo para um Juiz do Trabalho. Destacou que foram inúmeros trabalhadores e trabalhadoras buscando resolver problemas das mais diversas naturezas, demonstrando a importância desse movimento do CNJ de tentar se aproximar da população. Ressaltou que o evento foi preparado com muito esforço e trabalho de muitas pessoas, e que se buscou não apenas resolver as demandas, mas aprender o que precisa ser feito para que as próximas itinerâncias sejam ainda melhores e mais produtivas e efetivas.

Dra. Karen Luise explicou a dinâmica da reunião, a ordem de fala da mesa, e orientou a inscrição dos interessados em se manifestar.

Dra. Gabriela Lacerda explicou o funcionamento da Itinerância, o surgimento do projeto, e relatou a experiência da Dra. Elinay Ferreira (Juíza do Trabalho, Auxiliar da Presidência do CNJ) nas itinerâncias da Justiça do Trabalho em relação à percepção da ineficácia de uma única instituição chegar sozinha a uma região carente da atenção estatal. Pontuou a necessidade de escutar as demandas do Norte do país como razão de ser da itinerância, para que as políticas públicas elaboradas em Brasília não fossem pensadas apenas sob a ótica do Sul e do Sudeste. Destacou que o ODH cuidava de demandas coletivas, e que existiam outros canais que poderiam suprir eventuais necessidades individuais, e que a participação das lideranças locais nesse momento foi bastante importante para o adequado entendimento das demandas da região e para a melhoria do Poder Judiciário, para que se garantisse o acesso a direitos humanos básicos para todos e todas.

Natália Dino (FONEPI) falou sobre acesso à Justiça. Afirmou que esse acesso significava chegar, alcançar os povos indígenas e ribeirinhos para que ocupassem esses espaços, significava a Justiça chegando para trazer cidadania e diálogo. Referiu que

essa mão dupla tinha inspirado as ações do CNJ na solução de demandas dos povos indígenas e de outras comunidades tradicionais, para que esses povos conhecessem seus direitos, e que a Justiça conhecesse a realidade desses povos e os desafios por eles enfrentados, e que foi isso que foi feito durante a semana da Itinerância. Destacou o desejo de trazer a Justiça para perto, citando uma fala da advogada indígena Inory Kanamari no sentido de que o Judiciário era de recente contato com os povos indígenas ainda, invertendo a lógica de que seriam os indígenas que são de recente contato. Mencionou a criação do FONEPI, explicou que se tratava de um conjunto de instituições, inclusive indígenas, como a APIB, que estavam construindo políticas. Apresentou os direitos assegurados pela Resolução CNJ n. 454/2022, como o direito à tradução para pessoas que não conseguiam se comunicar em português, de preferência por alguém da própria comunidade; à explicação dos atos do processo pelo juiz; a se apresentar como indígena; à solução de conflitos considerando a oitiva das peculiaridades aos territórios, entre outros. Referiu que as questões relativas à infância e à adoção de crianças indígenas, sobre seu direito de permanecer na sua própria comunidade e de crescer de acordo com seus costumes, foram temas de interesse na oitiva dos relatos dos presentes, assim como a situação de pessoas indígenas presas, dada a situação de invisibilidade desses problemas. Finalizou explicando que eventuais dificuldades relativas aos direitos eleitorais poderiam ser levadas ao CNJ pela relação com o acesso à Justiça.

Eliana Torelly (MPF) falou da alegria de estar presente no evento, já que estar no meio da comunidade foi a melhor forma de fazer Justiça. Disse sobre sua atuação como coordenadora do trabalho junto às comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas do país, e comentou que esse movimento decorreu também de uma norma do Conselho Nacional do Ministério Público que impõe aos membros do Ministério Público a visita presencial. Afirmou que nem sempre se conseguia dar conta das demandas e parabenizou o CNJ pela iniciativa de levar o aparato do estado para perto da comunidade, não apenas o Poder Judiciário, mas também o Poder Executivo. Falou do caso da empresa Paranapanema e da escravização de indígenas durante a construção da Transamazônica, da BR 230, da Rodovia do Estanho. Destacou também a exploração das minas de estanho, da mina de São Francisco e da mina do Rio Preto como causa da quase dizimação de algumas etnias, inclusive pelas doenças trazidas pelos trabalhadores que vieram do Sul do país. Referiu que existiam gravíssimas violações de direitos humanos acontecendo na região, e que a passagem do tempo não deveria apagá-las. Lembrou da fala de Domingos Tenharim sobre a impossibilidade de exercer o direito de sepultar seus parentes, e que foi por isso que o encontro aconteceu, para que se pudesse trazer a Justiça até a comunidade e ouvir o que foi mais importante, conhecer as histórias e as vivências coletivas da população. Se colocou à disposição para conversar e atender quem tivesse interesse.

Laura (Conselho Indigenista Missionário - CIMI) referiu que o Conselho Indigenista Missionário atuava na região de Rondônia, sul do Amazonas, e que as lideranças iriam falar sobre o que estava acontecendo nos povoados. Afirmou que, como entidade, atuaram junto nessa parceria de ser força na defesa dos direitos em relação às graves violações que aconteceram junto aos 15 povos que estavam na região de Humaitá.

Petronila (Comissão Pastoral da Terra - CPT) agradeceu a presença dos integrantes da mesa para escutar a periferia e explicou que iria passar a palavra para os ribeirinhos relatarem pessoalmente seus problemas relativos à ausência de políticas públicas e aos impactos do garimpo no Rio Madeira, e que a CPT esteve apoiando os gritos contra esses problemas.

Neidiane Vieira (psicóloga) apresentou-se como profissional de psicologia, trabalhando há 18 anos na região e afirmou que não haveria melhor lugar para a realização da reunião para identificação de violações de direitos humanos. Falou da carência de políticas públicas para crianças e adolescentes, especialmente indígenas, da falta de estrutura do Conselho Tutelar local, como ausência de transporte e internet, e da falta de políticas públicas para acolhimento de crianças e adolescentes e de mulheres vítimas de violência doméstica. Sustentou que não havia proteção, que existiam crianças de 8 a 10 anos urinando sangue, com os rins comprometidos pela contaminação do Rio Madeira. Finalizou dizendo que, apesar do Ministério Público atuante, foi necessária a atuação do CNJ para fortalecer as instituições existentes.

Manoel do Rosário Lima Leão (representante dos ribeirinhos) falou dos problemas de educação de modo geral na região, especialmente no ensino médio. Afirmou que havia muita demanda por carência de atuação do município e principalmente do estado. Destacou a falta de pagamento para transportadores, que não conseguiam manter seus equipamentos por atrasos de até 5 meses, e acabavam desistindo do emprego. Referiu que estavam angustiados e forçados a enviar seus filhos para outros municípios, onde não tinham onde morar, para tentar acessar serviços. Referiu que fizeram reclamações a seus gestores e que nada foi feito. Agradeceu o convite da Irmã Ivonete e da importância da presença de autoridades para ouvir as violações de direitos na comunidade ribeirinha.

Marilena Gomes Pantoja (Presidente da Associação do Pirapitinga – ribeirinha do assentamento PAE Botos) convidou as autoridades a conhecer suas dificuldades, a visitar o assentamento. Reclamou da ausência do INCRA, do desmatamento, da perda de peixes e da qualidade da água, e pediu para que pensassem nos pobres e ribeirinhos porque pediram apoio e não conseguiram ajuda. Finalizou dizendo que Deus deu a terra e que devemos cultivá-la, e não a destruir, sem a ação das autoridades.

Padre Adriano (Diocese de Humaitá) agradeceu pela oportunidade e pelo momento de escuta do povo, das comunidades ribeirinhas e indígenas.

Daiane Tenharim (representante do povo Tenharim) cumprimentou a todos e parabenizou a iniciativa de trazer para a região o que ficava concentrado em Brasília, a oportunidade de acessar a Justiça. Propôs que, na próxima ação, juízes indígenas que atuassem diretamente com essa pauta participassem da oitiva. Falou que ficou feliz ao ouvir que as peculiaridades do povo indígena foram consideradas na proteção de seus direitos. Pediu que ações como essa audiência pública fossem realizadas dentro dos territórios e agradeceu que seu povo tenha sido contemplado pela ação social liderada pela FUNAI.

Evandro Saraiva da Silva (ribeirinho coordenador da comunidade de Santa Rosa) agradeceu a presença das autoridades para ouvi-los. Relatou problemas na área da saúde dos ribeirinhos. Falou que tinham uma balsa de atendimento, que estava parada no porto há 2 anos por falta de manutenção. Afirmou que enviavam lancha com enfermeiros para regiões que não atendiam a todos, e que existiam povos muito distantes que estavam sem atendimento. Retomou o assunto da educação relatado pelo Manoel, que não havia acesso ao ensino médio em comunidades ribeirinhas.

Luciane Silva da Costa Marinho (Núcleo de Estudos de Políticas Territoriais na Amazônia – NEPTA) explicou a atuação da entidade junto à Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em prol das comunidades ribeirinhas. Falou da pesquisa das consequências das políticas de desenvolvimento como a atualmente chamada Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira, chamada de AMACRO. Afirmou que estavam coletando dados e que pretendiam finalizar esse projeto até o final do ano, e convidou o Observatório para publicar os dados em novembro. Referiu que a pesquisa tratava principalmente da caracterização do modo de vida das comunidades ribeirinhas (eram 56) e intencionava publicizar dificuldades relativas à agricultura, à educação, à saúde, à pesca, à regularização fundiária etc. Finalizou parabenizando a todos pelo evento.

Leila da Silva Marques (presidente da Comunidade da Fortaleza do Bom Intento, no Município de Manicoré/AM) manifestou a felicidade de estar presente na reunião. Falou que a região foi esquecida pelo governo, seja federal ou estadual, e que não adiantava criar projetos e não sair do papel, porque não se vive de ilusão. Ressaltou que desde 2007 tiveram acesso a apenas dois benefícios no assentamento, que foram buscar ajuda em Manaus, em Brasília, e não conseguiram. Pediu que fossem escutados com o coração, que se olhasse para os Amazonenses. Manifestou seu orgulho em ser ribeirinha, e que queriam exercer sua cidadania. Falou da violação de direitos e pediu políticas públicas justas para todos, pedindo acesso a escolas, poço artesiano com água de qualidade e saúde. Agradeceu a escuta.

Maria Civita Passos de Carvalho (ribeirinha) agradeceu a todos os parceiros ribeirinhos presentes. Afirmou que estavam pedindo socorro pelos direitos, que foram esquecidos pelo Governo, tanto Federal quanto Municipal. Destacou que estavam

enfrentando problemas na área da educação no Município de Manicoré, na comunidade Porto Novo Baeta, já que o colégio estava com a estrutura danificada, e que o material chegava com muita dificuldade na boca do Garapé do Baeta, e que esse transporte de material acabou dependendo dos próprios integrantes da comunidade para acontecer. Referiu não terem técnico de enfermagem na região, que as pessoas adoeciam e precisavam usar seus próprios recursos e sair para cidade em busca de atendimento. Pediu que fosse realizada uma reunião no futuro com o povo ribeirinho, porque muita gente não estava presente por falta de recursos.

Conselheira Daniela Madeira manifestou-se concordando com a importância da presença de juízes especializados na área ambiental e no contato com povos originários, bem como a necessidade de realização de audiência dentro dos territórios. Comentou o plano de modernização dos cartórios para que houvesse um ordenamento territorial mais organizado no município, ampliando a dignidade e a oferta de serviços públicos na região.

Belismar Gomes Nogueira Almeida (representante de comunidades de povos tradicionais) relatou problemas com regulamentação fundiária nas terras da união (chamadas “terras em branco”), onde existiam muitos povos vivendo há décadas protegendo o ecossistema, sem segurança. Afirmou que não possuíam acesso a documentos que os órgãos competentes poderiam emitir, que já deram entrada em requerimentos de regularização fundiária e não houve andamento nas demandas. Destacou que não possuíam segurança e condições financeiras para fazer um georreferenciamento, o que gerava muito conflito. Sustentou que essas situações não foram casos isolados, que sofreram pela falta de garantia de sobrevivência. Acrescentou que não estavam queimando e desmatando, e sim sobrevivendo e protegendo as regiões. Comentou que pessoas de fora do Amazonas se apossavam das terras porque tinham o conhecimento e dinheiro para regularizar as áreas, e que quando a comunidade foi procurar a regularização, já não conseguiram mais, porque o que valia foi o que estava no georreferenciamento. Pontuou que as autoridades não conferiram se quem estava fazendo o georreferenciamento foi quem de fato estava vivendo nas terras, pedindo que se desse atenção a isso.

Marilene de Lima Leao (ribeirinha) reclamou da ausência de representantes do poder executivo local na reunião. Falou dos problemas dos ribeirinhos relacionados à saúde, à educação e ao garimpo. Relatou ameaças de queimadas para acabar com o garimpo, de onde veio o sustento de muitos amazonenses, que precisavam mais do que quem vinha de fora. Solicitou ajuda e ação dos governantes.

Higor Zani (Juiz do Trabalho) agradeceu a presença do CNJ para oitiva na região. Comentou os problemas dos juízes que atuavam no interior, onde não havia estradas regulares. Citou o caso de um capotamento do veículo que estava se deslocando de Manaus para a Jical. Falou da falta de voos para a região de Humaitá, que dificultava

o acesso da própria jurisdição e do cumprimento de prazos, por exemplo, além da questão da segurança e dos problemas climáticos (estiagem) que afetavam a atuação judicial. Argumentou que a ausência do estado e do acesso à Justiça deu espaço à exploração de pessoas e à indignidade do trabalho. Referiu que o orçamento de itinerância da Justiça do Trabalho foi muito reduzido, e que o vazio demográfico na região foi uma ilusão, já que havia muitos povos ribeirinhos, indígenas e quilombolas ali, e muitas demandas para serem atendidas (como a escassa conexão à internet cabeada, entre outros). Pediu um olhar atento às dificuldades da região, com as suas especificidades atinentes ao Juízo Digital, e afirmou que falou também em nome da escola judicial local, que também foi itinerante, relatando a assimetria de acesso à informação e ao conhecimento jurídico. Relatou que viveram a itinerância como uma realidade, e que essa experiência do CNJ ali foi uma amostra do que eles viviam diariamente, rotina que também foi experienciada pelos juízes estaduais.

Claudia Dadico (Ouvidora Agrária Nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário) agradeceu a oportunidade de fala, elogiou a iniciativa do CNJ e explicou sua atuação no atendimento de demandas do público socialmente vulnerável da região. Relatou problemas com reintegração de posse sofridos por comunidades quilombolas, indígenas, assentadas e consolidadas com serviços públicos inclusive já instalados, que estavam nas áreas há décadas. Destacou que esses processos de reintegração de posse apareceram nas mais variadas formas, não apenas no formato tradicional de uma ação possessória, de uma reintegração de posse entre particulares na Justiça Estadual. Referiu que apareceram, muitas vezes, em ações de sequestro em ações ambientais, em execuções de créditos trabalhistas na Justiça do Trabalho, em recuperações judiciais em que essas áreas foram arrecadadas e foi conferida a posse a um depositário fiel, e esse depositário pediu a imissão na posse em face dessas comunidades. Comentou que foi uma gama muito grande de situações em que o Judiciário compareceu com essa pretensão de despejo ou de remanejamento dessas comunidades. Chamou atenção ao fato de que a Amazônia foi terra pública, originalmente, que foi do particular o ônus de demonstrar o destaque do público para o privado, e que isso não foi respeitado. Referiu que o Superior Tribunal de Justiça já pacificou em duas súmulas que a posse que se exerce em área pública não foi posse, foi detenção, e que o INCRA estava legitimado a intervir nesses casos. Sustentou que houve muitas ações na Justiça Estadual considerando conflito entre particulares, mesmo quando num dos polos houve uma comunidade vulnerável, e que o Judiciário não deveria tratar como mero conflito de posse. Afirmou que ocorreram muitos desalojamentos de comunidades quilombolas centenárias em virtude disso. Apontou declarações de magistrados dizendo que os quilombolas tinham que desistir de serem quilombolas e pensar em outra forma para proteger sua posse já que os processos foram lentos, ao invés de usar o poder jurisdicional para garantia da posse quilombola, que foi constitucionalmente protegida. Colocou a Ouvidoria

Agrária à disposição do CNJ, mencionando que estavam documentando esses casos, e destacou a necessidade de um diálogo sobre a reintegração de posse no campo, que muitas vezes se tratou de um mal menor diante da violência sofrida pelas comunidades com casas e plantações queimadas e destruídas, ameaças de morte por fazendeiros e seus prepostos, e até pela força policial. Elogiou a atuação da Juíza Fabiane Pieruccini, Auxiliar da Presidência do CNJ, no apoio à solução dos problemas fundiários. Defendeu a manutenção e o empoderamento da Comissão Nacional de Soluções Fundiárias para que fosse fórum de discussão para essas questões, assim como em relação à questão da grilagem de terras, principalmente na Amazônia. Acreditou que o Conselho Nacional de Justiça também teve uma importantíssima contribuição a dar no sentido de sensibilizar as Corregedorias e a fiscalização de cartórios sobre a fragilidade da prova de propriedade (chamados “títulos voadores”). Se despediu reforçando a necessidade de comissões fundiárias na Justiça do Trabalho, se colocando à disposição e agradecendo a oportunidade de fala.

Luciomar Monteiro da Costa (representante da comunidade Calama) agradeceu a presença de todos porque, quanto mais isolada a comunidade, mais perdas de direitos aconteceram. Afirmou que gastou 12 horas de barco no verão para chegar em Porto Velho. Destacou a exclusão de direitos dos quilombolas e ribeirinhos pela precariedade da educação, pela peculiaridade da educação tecnológica, que não teve a ver com a realidade dos povos locais. Sustentou que não havia interesse no formato de educação em que não houve interação com ninguém, apenas com uma tela. Defendeu que se tratava de um formato excludente, porque muitas vezes não havia nem acesso à internet para interagir com esses professores de forma virtual, e que essa precariedade contribuiu com a expulsão das pessoas de seus territórios. Afirmou que hoje, na região amazônica, a realidade foi que os maiores assassinatos não foram de pessoas sem terra, mas de lideranças indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Ressaltou que houve tanto desmatamento na região que o barco não sabia para onde ir de tanta fumaça no ar, e que a destruição não estava sendo causada pelos ribeirinhos e indígenas, e sim por invasores e até mesmo políticos dos estados amazônicos, que invadiam terras para criar gado e promover o agronegócio. Reclamou da contaminação de águas e peixes, e relatou que já havia ribeirinho comprando peixe porque não havia mais para ser pescado. Defendeu que estávamos na última fronteira de avanço do capital genocida, que não pensou no ser humano, mas apenas no lucro. Comentou sobre o Matopiba que chegava do Nordeste na Amazônia e foi um projeto devastador, apesar de ser bonito no papel. Pediu ajuda porque não sabiam mais a quem recorrer, e sustentou que as comunidades da região deveriam se unir para lutar contra a ameaça de seus territórios.

Erenildo de Souza (ribeirinho) cumprimentou a todos e parabenizou o CNJ pela iniciativa da reunião e reclamou dos descasos sofridos pela região do Amazonas. Apontou a exploração do trabalho infantil e do trabalho escravo, alegando a falta

de oportunidade no comércio local ao menor aprendiz. Afirmou que foi conselheiro tutelar por 10 anos e em Humaitá existiam cinco conselheiras que trabalhavam diurnamente recebendo denúncias, e que não foi oferecida a oportunidade de trabalho aos adolescentes da região, acarretando o seu ingresso no mundo do crime. Argumentou que a lei proibiu o menor de trabalhar, mas ela deveria punir os comerciantes que não ofereceram as vagas, pedindo ajuda ao CNJ ou outro órgão, como o Ministério do Trabalho, para resolver esse problema.

Elder Leão (ribeirinho) agradeceu a oportunidade de fala e resumiu os problemas já abordados nas falas anteriores, acrescentando a questão das barragens em Rondônia. Destacou os problemas econômicos que impediram que muitos ribeirinhos estivessem presentes, referindo que, por isso, foi importante que momentos como aquele acontecessem na comunidade. Afirmou que a economia do Rio Madeira foi baseada na produção de farinha, no plantio de banana, na extração de açaí, castanha etc., sempre com muita dificuldade, e que existiu uma instituição estadual chamada IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas) que foi responsável por dar a esses ribeirinhos essa condição de assistência técnica para que essa produção viesse numa quantidade maior, dando mais dignidade a esses povos. Sustentou que essa instituição nunca chegou na região, e que o ribeirinho ficou produzindo sem assistência, sem condição de escoar a produção com um preço competitivo nem para Humaitá nem para Manicoré, muito menos para Manaus. Reclamou que nunca procuraram ouvir os interioranos para saber qual o desenvolvimento que duas barragens instaladas no Rio Madeira trariam. Afirmou que houve estudos demonstrando seus graves impactos ambientais, e que em 2014 houve uma grande cheia, comparada à devastação ocorrida no Rio Grande do Sul, que perdurou por 90 a 120 dias, devastando o pouco que restava de agricultura familiar, castanhais, seringais que foram em áreas de terra firme mais baixa, já que foi tudo inundado. Denunciou que os ribeirinhos não foram procurados pelo governo para receber assistência, e que se sentiram humilhados com doação de cesta básica como solução dos problemas que enfrentaram. Afirmou que o garimpo ilegal acabou sendo uma alternativa para sobrevivência da família, que não teve sequer acesso à saúde, e que essa migração de atividade começou a ocorrer a partir de 2014. Referiu que se usou o Fundo da Amazônia com o discurso da preservação, mas não se protegeu a floresta da maneira correta, que deveria ter sido utilizado para o desenvolvimento dos ribeirinhos, evitando a miséria desses povos e do Rio Madeira. Afirmou que as pequenas balsas foram residenciais familiares, tradicionais na Amazônia, e que não se estava defendendo atividade ilegal, mas sim que foi necessário pensar projetos para dar alternativa ao povo, que não se poderia tirar a única que restou (garimpo) tornando-a ilegal, e não dar outra fonte de renda para a comunidade. Referiu que não foi só o garimpo que detonou o rio, mas também a barragem, que trouxe igarapés contaminados com explosivos.

Sugeriu que se levasse uma comissão de representantes locais para Brasília para que fosse ouvida a realidade da região.

José Eloia de Queiroz (Cacique da comunidade indígena Pupikary Apurinã do São Luiz do Rio Beém) mencionou a precariedade do telhado e a falta de parede na escola, referindo que a FUNAI estava ajudando, mas que ainda faltavam recursos, mostrando a lista de alunos da escola. Argumentou que preservaram, não destruíram, e que ia faltar o que comer. Pediu ajuda para as escolas e merenda para os alunos. Referiu que levou 3 horas para se deslocar de onde morava, e que não tinha dinheiro para o combustível. Reclamou de ameaças, já que a terra não foi demarcada. Entregou uma carta com suas demandas.

Dra. Karen Luise agradeceu as manifestações, anunciou os serviços oferecidos pela Itinerância e passou a palavra ao Conselheiro Alexandre Teixeira.

Conselheiro Alexandre Teixeira agradeceu a todos, afirmou que a itinerância trouxe muitos serviços na mala, mas ainda havia muito a se fazer. Enumerou os problemas mencionados sobre segurança, terra, trabalho, infância, proteção ambiental, entre outros, e que tudo deveria ser levado ao conhecimento interno e externo do CNJ, e que tentaria levar esses problemas a outros órgãos para que se buscasse a solução. Ressaltou a importância da pressão feita por todos os que se manifestaram, porque o poder estava nas mãos da sociedade civil, e que ela deveria ser preservada, apesar do cansaço. Deu por encerrados os trabalhos.



Fonte: acervo CNJ

Consolidação das Propostas Enviadas ao ODH e Encaminhamentos:

- **Saúde:** Há insuficiência no atendimento de saúde, especialmente devido à falta de manutenção na balsa de atendimento, deixando comunidades distantes sem assistência médica.
- **Proteção de Crianças e Adolescentes:** A proteção é limitada devido à precariedade da estrutura do conselho tutelar, falta de políticas públicas para o acolhimento de crianças, adolescentes e mulheres vítimas de violência, além de falta de oportunidades de trabalho para menores aprendizes.
- **Educação:** Acesso à educação é precário, com escolas mal estruturadas, dificuldade de acesso ao ensino médio, falta de transporte para estudantes, condições inadequadas de trabalho para transportadores noturnos, e evasão escolar significativa.
- **Saneamento Básico:** Há falta de saneamento básico nas comunidades ribeirinhas, necessitando-se da construção de poços artesianos devido à falta de água potável.
- **Meio Ambiente:** As comunidades sofrem com agressões ao meio ambiente, incluindo impactos ambientais de grandes projetos, como hidrelétricas, pesca predatória, contaminação por mercúrio, falta de dragagem dos rios, e ausência de projetos de reflorestamento.
- **Desenvolvimento Econômico:** A região enfrenta subdesenvolvimento econômico, com pouca ou nenhuma assistência para produção familiar, extrativismo, agricultura sustentável, e comércio de produtos florestais não madeireiros, além da violência governamental contra garimpeiros.
- **Direito à Terra:** Há ameaças ao direito à terra devido a problemas de regularização fundiária, surgimento de grandes empresas reivindicando propriedades, ausência do INCRA, e conflitos decorrentes de regularização inadequada de terras.
- **Infraestrutura:** Falta de infraestrutura adequada, incluindo estradas regulares, voos para a região, segurança e conexão à internet.
- **Judicialização de Casos:** Há necessidade de atenção do Poder Judiciário para as várias formas de judicialização de casos envolvendo reintegração de posse

Ações Propostas:

- Presença de juízes indígenas em itinerâncias e reuniões futuras.
- Realização de reuniões e audiências públicas dentro das comunidades de difícil acesso.
- Uso do Fundo da Amazônia para desenvolvimento dos ribeirinhos.
- Publicação dos dados da pesquisa sobre as comunidades ribeirinhas.
- Manutenção e fortalecimento da Comissão Nacional de Soluções Fundiárias.
- Sensibilização das Corregedorias e fiscalização de cartórios pelo CNJ sobre a fragilidade da prova de propriedade de terras na Amazônia.

O Comitê Executivo do ODH, levando em consideração a competência atribuída ao Conselho Nacional de Justiça e a atuação de seus colegiados, entende que são múltiplas as instâncias adequadas para examinar as questões elencadas nesse relatório.

Assim, à vista das temáticas ambientais, econômicas, sociais, educacionais, sanitárias, fundiárias e jurídicas (relativas ao trabalho, à família, à infância e adolescência, entre outras) trazidas, sugere o seu encaminhamento, para ciência, avaliação e adoção das providências que entenderem pertinentes:

- i. à Presidência do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ao Conselho da Justiça Federal, ao Conselho Nacional do Ministério Público, signatários do Programa Itinerância Cooperativa na Amazônia Legal;
- ii. à Corregedoria Nacional de Justiça;
- iii. à Secretaria de Estratégia e Programas do CNJ, para envio a todas as instituições parceiras da 2ª Edição da Itinerância Cooperativa na Amazônia Legal, realizada entre os dias 17 e 21 de junho de 2024, nas cidades de Humaitá e Lábrea/AM.
- iv. ao Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e efetividade das demandas relacionadas aos Povos Indígenas (Fonepi);
- v. ao Fórum Nacional do Poder Judiciário para Monitoramento e Efetividade das Demandas Relacionadas à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (Fontet);
- vi. ao Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj);
- vii. ao Observatório do Meio Ambiente do Poder Judiciário (OMA);
- viii. ao Comitê Executivo Nacional de Soluções Fundiárias;
- ix. ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM).

III - Link de acesso à gravação da reunião:

<https://www.youtube.com/live/19AbdSmNR-A>

IV - Link das fotos do evento:

https://www.flickr.com/photos/cnj_oficial/albums/72177720318006131/

Propostas enviadas ao ODH:

Carta SOLICITANDO apoio - 2024

Da: Comunidade Indígena Pupykary Apurinã do São Luiz do Rio Beém - Humaitá – AM

Para: As Autoridades Federais/ Estaduais e Municipais.

Assunto: Saúde/ Educação/ Infraestrutura/ Logística/ Saneamento Básico e Meio Ambiente.

Prezados Senhores,

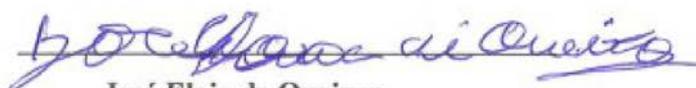
Cumprimentando-os com Saudações Indígenas dos Povos Originários Pupykary Apurinã, da Comunidade São Luiz do Rio Beém, sirvo-me do presente para pedir apoio para a nossa população indígena acima mencionada em vários seguimentos como Saúde/ Educação/ Infraestrutura/ Logística/ Saneamento Básico e Meio Ambiente, pois já estamos presente naquela localidade a mais de vinte (20) anos e sofremos por falta do estado brasileiro chegar lá com esses programas para nos amparar e nos auxiliar, pois somos cidadãos e cidadãos brasileiros Nativos desta Mãe terra chamado de Brasil.

Apenas o ano passado 2023 fomos reconhecidos pela Coordenação Regional da FUNAI de Humaitá que tem nos ajudado na medida do possível, este ano que chegou o Luz para todos e temos uma “escola” que está sendo feito aos trancos a barrancos pelos próprios moradores. Outra situação que enfrentamos é a pesca predatória que acontece no Rio Beém por pescadores que adentram com suas geleiras e só descem o rio quando enchem seus contêineres cheios de peixe, causando uma escassez de peixe para os moradores que habitam as margens do rio Beém.

Sendo apenas para o momento, renovamos votos de estima, consideração e respeito.

Humaitá/AM, 17 de junho de 2024.

Cordialmente,



José Eloia de Queiroz
Cacique da Comunidade



DIOCESE DE HUMAITÁ

"Igreja missionária a serviço da vida"



Carta Aberta dos Povos Ribeirinhos, Agricultores, Pescadores, Extrativistas que vivem nos lagos, igarapés e paranás do Beiradão do rio Madeira, de Humaitá e Manicoré, sul do Amazonas.

Nós, Povos Originários e Comunidades Tradicionais, Guardiões da Floresta Amazônica, que vivemos nos lagos, igarapés, paranás do Beiradão no Rio Madeira em áreas de várzea e terra firme, dos municípios de Humaitá e Manicoré, sul do Amazonas, estivemos reunidos no curso de formação Bíblia e Ecologia, da Área Missionária da Diocese de Humaitá, durante os dias 25 a 27 de abril de 2024. Estiveram presentes: 20 comunidades representadas por suas lideranças, as organizações não governamentais e núcleos de pesquisa: CPT¹ de Rondônia, CEBs² e CPT de Minas Gerais, Cáritas da Diocese de Humaitá e Núcleo de Estudos de Políticas Territoriais na Amazônia da UFAM³. Compartilhamos nossas experiências e refletimos sobre as mudanças pelas quais a região tem passado. Queremos denunciar que nosso modo de vida, nossa cultura tradicional ribeirinha desde tempos ancestrais, além de nossos direitos à terra e ao território, à educação, à saúde e ao meio ambiente saudável estão sendo brutalmente ameaçados.

Com a implementação dos grandes projetos governamentais como o Usina Hidrelétrica (UHE) Santo Antônio e Jirau, a vida no rio Madeira piorou muito. As mudanças climáticas estão nos atingindo diretamente, com eventos extremos nunca vistos antes. Em 2014 enfrentamos uma grande enchente que destruiu muitas comunidades ribeirinhas em todo o Beiradão; em 2023 tivemos uma grande seca que impediu a comercialização de nossos produtos, afetou nosso abastecimento de água e aumentou ainda mais as dificuldades de viver, de estudar e de nos deslocarmos das comunidades para as cidades.

Com o rio Madeira ameaçado, nossa vida também está ameaçada, pois é do rio Madeira que tiramos nosso sustento, mata nossa fome e nossa sede. É o nosso caminho! É nossa estrada! Toda mudança nos atinge. Secando o rio, seca nossos territórios, mata os peixes, impede os peixes de procriarem, mata nossos povos de fome, prejudica nossa cultura de vazante, prejudica nosso solo. Essa situação traz grande insegurança, obrigando muitas famílias a abandonarem suas terras, tentando sobreviver com muitas dificuldades nas periferias da cidade.

Nossa juventude está com a continuidade de seus estudos prejudicada, pois o ensino médio, que é realizado via mediação tecnológica, em alguns locais ainda não começou neste ano de 2024. Por uma série de questões, como a falta de transporte dos jovens para as comunidades

¹ Comissão Pastoral da Terra.

² Comunidades Eclesiais de Base.

³ Universidade Federal do Amazonas.

polos, falta de merenda, mas a principal é a falta de professores que residam nas comunidades. Essa situação tem contribuído para a evasão escolar e deslocamento forçado das famílias para cidade em busca de escola para seus filhos.

Por conta disso, nos preocupamos com essa realidade, pois coloca em risco a nossa existência enquanto comunidades tradicionais ribeirinhas do Beiradão, lagos e igarapés do rio Madeira. Nossos direitos estão sendo violados, sobretudo, porque a educação escolar é direito constitucional, que está nos sendo negado. Vivemos ainda uma generalizada falta de informações, temos conhecimento de nossos direitos, mas estamos em insegurança jurídica em nossos territórios.

Em contraste com o apoio concedido pelos governos ao avanço do agronegócio de grãos e da pecuária que se estabelece de forma violenta na monopolização do território da região, não temos incentivo à produção, não conseguimos ter acesso a nenhum tipo de financiamento de apoio às nossas tradicionais e sustentáveis formas de extrativismo e agricultura. Muitas famílias, sem alternativas, são obrigadas a se voltarem para o garimpo e lamentam profundamente os modos como o governo federal tem agido, inclusive causando danos ambientais muito perverso quando explodem as pequenas balsas das famílias, cobertas de palha e lona, locais onde muitos residem com suas famílias, e com o ateamento de fogo nelas tiveram seus destroços jogados no rio, lagos e igarapés. Política de repressão para questão social é injusta.

Destacamos que muitas famílias vivem perto do rio e não têm acesso a água potável, pois o rio Madeira já apresenta índices graves de contaminação de mercúrio, conforme dados das Universidades Públicas e Institutos de pesquisa. Além da existência de comunidades que não tem acesso a água potável;

Precisamos de mais presença do governo com políticas públicas que levem em consideração nossas realidades, como:

- Apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar;
- Apoio à regularização e formação de associações nas comunidades ribeirinhas;
- Saneamento básico nas comunidades à beira do rio;
- Dragagem (limpeza do rio) na época da seca;
- Projetos de reflorestamento;
- Construção de poços artesianos;
- Recuperação da mata ciliar;
- Campanha para utilização racional do uso da água;
- Incentivo da agricultura orgânica e a uso de produtos florestais, não madeireiros, como óleos essenciais, castanha, açai, copaíba, andiroba.
- Remuneração dos ribeirinhos pelo trabalho de preservação da floresta amazônica.

Humaitá, 18 de maio de 2024.

COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DO LAGO DO ANTÔNIO

Lago do Antônio 08/06/2024;

SOBRE EDUCAÇÃO

SOBRE O TRANSPORTE ESCOLAR

ASSOCIAÇÃO AGROEXTRATIVISTA

AGRICULTURA

SOBRE EXTRATIVISMO MINERAL

Educação;

No que trata a educação das crianças das comunidades ribeirinhas, a principal reclamação dos familiares é que alguns dos professores vão para a cidade e passam mais de cinco dias para retornarem as escolas e quando retornam acabam por não vir todos, prejudicando muito os repasses de conteúdo e a aprendizagem das crianças.

Um outro problema que a educação do interior vem apresentando é que nos horários da noite, tem merenda mais não tem merendeiras, tem alunos e professores, mas não tem transportes, pois quando teve transporte os transportadores não receberam.

O Transporte escolar;

A situação dos transportes é uma demanda que gera muito desgastes e transtorno para os transportadores e para os usuários deste serviço, que são as crianças e professores os principais.

A um descaso muito grande das transportadoras com os transportadores que prestem serviços. As condições de trabalhos oferecidas são precárias e os pagamentos estão sendo muito baixos e com muito atraso, quando pagam e deixam os transportadores de mãos amarradas sempre com ameaças de demissão.

Agricultura;

No campo da agricultura familiar estamos precisando do apoio dos órgãos responsáveis, pois não estamos recebendo nenhum apoio do IDAM, da Prefeitura ou mesmo da secretária de agricultura. Nossa associação não estar tendo o apoio que merece e isso prejudica nossos produtores que tem sempre que vender seus produtos a baixo custo ou ficando com seus produtos empacados, sem saídas por falta de mercado consumidor ou por falta da documentação necessária. Exemplo, falta de carteiras para ter melhor saídas de produtos.

Associação;

As associações carecem e pedem um olhar diferenciado dos órgãos municipais,, estaduais e federais, pois as mesmas não estão conseguindo nenhum apoio efetivo destes órgãos quando se trata de apoios em projetos, capacitações e capitação de recursos para as mesmas se desenvolverem e desenvolverem a região como um todo.

O Extrativismo Mineral;

Os Extrativistas familiares costumam sair para o garimpo a partir do mês de maio, após o plantio de suas roças, buscando o sustento de seus familiares enquanto os novos plantios estão amadurecendo, pois é dessa atividade que nesse período os mesmos trazem os seus sustentos e um conforto melhor para suas famílias.

Ao termino do período de extrativismo, os mesmos voltam à suas atividades para a agricultura, no extrativismo e em suas diversas funções que garante suas liberdades e sustentação econômicas.

Vale ressaltar, que como em qualquer profissão ou meio, existe boas e más pessoas, assim os bons extrativistas e bons cidadãos sempre foram contra quem trabalha em áreas de barrancos.

Por isso pedimos que ante dos massacres que o governo e suas instituições vêm implementando contra nosso povo ribeirinhos, tenha um olhar de maior cuidado e carinho para esse povo tradicional que vive aqui a centenas de anos. Povo este que sempre teve sua existência cuidando e zelando por nossas florestas e rios e que agora passam a ser vistos como criminosos pelas grandes mídias e por um poderio econômico de grandes empresas e governos que buscam grandes lucros com a exploração de nossa região.

Para citar apenas alguns dos principais incômodos do nosso povo, estar a construção das diversas hidrelétricas em nossa região que causam a desordem total nos nossos modos de vida e da natureza como um todo. Para exemplificar melhor, já não temos tempo certo para iniciar ou terminar os períodos de cheias e de secas dos nossos rios como antes, prejudicando a desovas e até mortandade de muitas aves e peixes e ainda a reprodução das arvores da floresta e do nosso ecossistema como um todo.

Um outro problema que vem se agravando muito, é o surgimento de grandes empresas se dizendo proprietárias de grandes áreas e ameaçando o despejo das comunidades que estão dentro destas caso não concordem e assinem os planos de venda de carbonos que dizem ter para a região. Isso afeta diretamente a vida do povo de nossa região, pois além de essas áreas quase todos são tituladas ou estão dentro de áreas de assentamento criados pelo governo, como podem ser de empresas estrangeiras ou de outras regiões do país?

RELATÓRIO – 3ª REUNIÃO



OBSERVATÓRIO DOS

**DIREITOS
HUMANOS**

DO PODER JUDICIÁRIO

Ciclo | 2023-2025

**PARTICIPE VOCÊ TAMBÉM
DA CONSTRUÇÃO DE UMA
JUSTIÇA MAIS EFICIENTE**

